

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS: ANÁLISE DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA - MS

Obedias Miranda Belarmino¹

Rosele Marques Vieira²

RESUMO

Regiões subdesenvolvidas têm como característica o baixo desenvolvimento socioeconômico de sua população, sendo esse um fator determinante para que uma região seja configurada como periférica. O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a região de planejamento Sul Fronteira/MS, com base nos dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Para tanto foi desenvolvida uma pesquisa de levantamento quantitativo de dados, o recorte temporal compreende os anos de 2005, 2010 e 2016, e os dados são apresentados de maneira descritiva. A análise constatou que a região apresenta moderado desenvolvimento com IFDM de 0,6026, os municípios que se destacam com melhor desenvolvimento socioeconômico foram Laguna Carapã 0.6845, Ponta Porã 0.6686, Aral Moreira 0.6390 e Amambai 0.6295. A variável com menor desempenho em todos os municípios da região foi o IFDM emprego e renda com média de 0.4728, o IFDM educação e o IFDM saúde apesar de apresentarem melhores desempenhos com 0.7034 e 0.6317 respectivamente, carecem de avanços para maioria dos municípios. Ademais a realidade socioeconômica da região demonstrada pelos dados favorece a desigualdade e a baixa qualidade de vida de seus habitantes.

Palavras chave: Desenvolvimento socioeconômico. Região de planejamento Sul Fronteira. IFDM. Municípios periféricos.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico está atrelado a melhor qualidade de vida de uma população. Regiões (ou países) que apresentam elevados indicadores socioeconômicos, oferecem maior bem estar social a sua população. Em geral regiões subdesenvolvidas apresentam elevadas disparidades econômicas e sociais o que conseqüentemente resulta em menor desenvolvimento. Analisar o desempenho de uma região é imprescindível para elucidação e mensuração da realidade vivida em um território, além de permitir reflexões e caminhos para mudanças.

¹ Administrador, mestrando no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: obedias.miranda.22@hotmail.com

² Doutora em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente nos cursos de graduação em Ciências Economia, Administração Pública e no Mestrado em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: roseleuems@gmail.com

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, o Governo do estado por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), definiu para fins de planejamento e gestão, nove regiões de planejamento. A área analisada corresponde à região de planejamento Sul Fronteira composta pelos municípios que se localizam mais ao sul do estado, na região Centro-Oeste a qual abrangem nove municípios: Amambaí, Antonio João, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. Em comum esses municípios fronteiriços apresentam características semelhantes em seu desenvolvimento.

As regiões periféricas segundo Prebisch (1949) são áreas localizadas longe dos principais centros econômicos e urbanos, seja no interior de um determinado país ou estado. Municípios periféricos são caracterizados pelo baixo desenvolvimento socioeconômico de sua população, geralmente apresentam um potencial econômico e social menor em comparação às regiões centrais e tem sua especialização produtiva voltada para o setor primário da economia. Nos últimos anos essas regiões vêm recebendo mais atenção das políticas de desenvolvimento regional, entretanto ainda carecem de avanços e investimentos, sejam estatais ou privados.

Os municípios da região de planejamento Sul Fronteira em sua maioria situam-se na fronteira com a República do Paraguai, dos nove municípios apenas Amambai, Laguna Carapã e Tacuru não fazem fronteira seca com o país vizinho. Todos os municípios da região Sul Fronteira carregam grande influência cultural e econômica do Paraguai, devido a sua proximidade territorial. Destaca-se as fortes relações comerciais e culturais entre o município de Ponta Porã no Mato Grosso do Sul e Pero Juan Caballero, no outro lado da fronteira, relacionadas ao consumo, educação, trabalho e prestação de serviço que se intensificam devido a existência da fronteira seca.

De acordo com Lamberti (2006) a condição de conurbação dessa fronteira internacional, permitiu historicamente que as duas cidades se conformassem enquanto centro de comercialização e trocas internacionais, promovendo as interações econômicas, sociais e culturais. Tanto a população brasileira como a paraguaia circula e consome (no) o território urbano conurbado, produzindo relações mutuas de troca.

A principal semelhança econômica encontra-se na identidade entre os bens produzidos, com forte dependência econômica ligada à produção agropecuária. A soja e o milho são as culturas de maior relevância. 77% da área agrícola da região são ocupadas com agricultura e estão localizadas em Ponta Porã, Aral Moreira e Laguna Carapã (SEMAGRO, 2015).

Diante do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a região de planejamento Sul Fronteira – MS, com base nos dados do IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal). Além dessa introdução e das considerações finais, este artigo conta com mais três seções. Na primeira seção é desenvolvida a fundamentação teórica que embasa a pesquisa. Na segunda seção são apresentados os procedimentos metodológicos. E na terceira seção consta a análise socioeconômica da região de planejamento Sul Fronteira.

1. DINÂMICA E ESPECIFICIDADES DE CENTROS E PERIFERIAS

Para entender a realidade das regiões periféricas é essencial à compreensão da questão centro-periferia, neste tópico definimos assim seus respectivos conceitos. Basicamente, centro é a região que vem experimentando crescimento econômico, e periferia é a região que não acompanha o desenvolvimento, por sofrer constrangimentos do centro. Hirschman (1977) aponta que o crescimento de uma região causa repercussões diretas no comportamento econômico das demais regiões. Essas repercussões podem ser favoráveis, efeitos de fluência no desenvolvimento, e desfavoráveis, efeitos de polarização no desenvolvimento.

Centro é a região que apresenta vantagens aglomerativas, onde essas vantagens influenciam a dinâmica econômica das regiões ao seu entorno. Como se fosse um círculo, onde o ponto central fosse o centro e todo o entorno fosse à periferia. Nesse círculo, existem forças centrípetas e centrífugas que influenciam toda a economia das duas regiões. Os efeitos favoráveis são uma força centrífuga que proporciona o crescimento do centro para as regiões em seu entorno, ou seja, são os fatores de fluência do progresso do centro. Os efeitos adversos são uma força centrípeta que tende a concentrar o crescimento na região que se desenvolve, favorecendo o desenvolvimento desigual (HIRSCHMAN, 1977). Em suma, periferia são todas as regiões que sofrem influência de um centro experimentador de crescimento.

Uma outra visão, entretanto, complementar ao pensamento de Hirschman em relação centro-periferia se encontra em Myrdal (1960). Segundo o autor, a dinâmica centro-periferia é uma dinâmica muito desfavorável para a periferia. As perdas dessa relação são sempre maiores que os ganhos. O centro gera fatores cumulativos de atração enquanto que as regiões periféricas tendem a se distanciar cada vez mais, perdendo poder de atração de capital financeiro e humano. Em outras palavras, o atraso das regiões periféricas, que não têm suficientes atrativos para competir com o pólo, ocasiona um crescente agravamento da desigualdade e, com isso, impossibilita a região, por conta própria, de gerar seu

desenvolvimento. O pólo, por outro lado, acumula atrativo, na medida em que atrai cada vez mais investimentos.

Dessa forma, Myrdal (1960) apresenta a ideia de causação circular cumulativa, para o autor o crescimento é causa e efeito da aglomeração. Tanto o crescimento quanto o atraso têm efeitos cumulativos, o que favorece um desenvolvimento desigual acentuado. Segundo o autor o círculo vicioso da pobreza explica o processo circular negativo das economias:

O conceito envolve, naturalmente, uma constelação de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza. [...] Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: “um país é pobre porque é pobre” (MYRDAL, 1965, p. 32).

Assim, a teoria da causação circular cumulativa, mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da taxa de natalidade, etc. De um modo inverso, as economias não beneficiadas por esse processo desenvolvem um “Círculo Vicioso” em que o fechamento de empresas, amplia o desemprego, que por sua vez diminui a renda da região, que gera novos desempregos.

Para Prebisch (1949) as regiões centrais são caracterizadas pela especialização na industrialização e as regiões periféricas pela especialização no setor primário. Enquanto o modelo industrial potencializa o desenvolvimento para os centros já desenvolvidos, a especialização no setor primário perpetua o baixo dinamismo da economia além de baixo valor agregado na produção, tornando assim cada dia mais difícil um desenvolvimento equilibrado entre as regiões. De acordo com Prebisch (1949) a definição centro-periferia se realiza desde a perspectiva de onde se origina o progresso tecnológico: os países centrais, enquanto detentores de conhecimento, poder e capital, geram o progresso tecnológico que será absorvido pela periferia na forma de importação de bens de consumo final ou máquinas para a criação de capacidade produtiva.

Entretanto de acordo com Cardoso (2018) fica claro que o autor critica essa estrutura devido ao modelo primário exportador fazer das regiões periféricas prisioneiras do subdesenvolvimento. Enquanto o modelo industrial potencializa o desenvolvimento para os centros já desenvolvidos, tornando assim cada dia mais difícil um desenvolvimento equilibrado entre as regiões.

Na perspectiva de Furtado (1961) o desenvolvimento das nações periféricas sintetiza-se no conceito de desenvolvimento periférico onde a diversificação do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e onde o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. Por suas benesses estarem restritas a um pequeno conjunto da população no caso o centro aqueles com mais alta renda, a própria difusão do progresso técnico importado do exterior e dos seus efeitos sobre a produtividade mostra-se prejudicada, implicando uma retenção do próprio processo de desenvolvimento.

As desigualdades sociais e econômicas são claramente uma das consequências do subdesenvolvimento das regiões periféricas, apesar de fazerem parte de todas as regiões, independentemente de serem centrais ou periféricas, são mais efetivas em nações subdesenvolvidas que sofrem com as consequências oriundas do período colonial. São várias as causas que contribuem para a condição de subdesenvolvimento em que se encontram muitos países. Dentre elas, as principais são: Disparidade em relação à distribuição da renda; Baixo nível de escolaridade; Condições extremamente precárias de moradia; A fome e a subnutrição; Problemas relacionados à saúde, entre outros (FREITAS, 2019).

Uma região periférica apresenta essas características de maneira latente, uma vez que sua condição de periferia potencializa os resultados, devido ao baixo desenvolvimento notório nesses territórios. Outras tendências e características de regiões periféricas são pontuadas por Furtado (1973) falta de estratégias próprias para superação da condição de subdesenvolvimento, dificuldade de romper com o círculo vicioso da pobreza e falta de reformas estruturais profundas tais como reforma tributária e reforma agrária por exemplo. Enquanto permanecer essas características não haverá como conceber planos de desenvolvimento bem sucedidos. Furtado (1961) ainda pontua que a gênese dos problemas das economias periféricas não está no comportamento dos agentes econômicos, que supostamente são guiados por critérios racionais de decisão, mas nas condições estruturais que delimitam o campo social no qual as decisões relevantes são tomadas.

1.1 Fronteiras e desenvolvimento socioeconômico

As regiões de fronteira possuem características diferenciadas, seja na sua formação histórica, interação existente, conflitos, comércio, migrações entre outras, além de apresentarem potencialidades que as distinguem das demais regiões brasileiras. Esses elementos estão em constantes transformações, e geralmente estas acontecem de maneira mais rápida que o normal, uma vez que, essa dinâmica é afetada por dois países. Apesar de possuir características diferenciadas a outros territórios, a discussão a respeito do

desenvolvimento das fronteiras internacionais tem-se ampliado a partir da década de 1990, tanto no âmbito nacional, quanto no internacional (GHETTI, 2008).

Apesar de estar inserida nos debates públicos a mais de trinta anos, os resultados efetivos na transformação da realidade fronteiriça e promoção do bem estar social, são poucos, e quando existentes são ineficientes no alcance dos resultados esperados. Ao longo desse período muitos projetos, planos, comissões, núcleos e grupos de trabalho foram criados, o que culminou na elaboração de planos e políticas de integração que visavam o desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira, porem a maioria destes não saiu do papel. Das ações iniciadas muitas não tiveram continuidade, ou quando realizadas alcançaram poucos resultados.

A região fronteiriça é marcada por singularidades econômicas, sociais, culturais e ambientais que as diferenciam das demais regiões. Elas são permeadas por conflitos, desigualdades socioeconômicas, criminalidade, poucas oportunidades de trabalho, baixos índices de educação, saúde e renda além de apresentarem baixo desenvolvimento e crescimento econômico.

O desenvolvimento socioeconômico pode ser entendido como o processo pelo qual os indivíduos passam ao longo da vida, envolvendo mudanças nos aspectos sociais e econômicos. Em se tratando do social essas mudanças se referem a melhor inserção social, melhoria na qualidade de vida, oportunidades dignas de trabalho, melhores níveis educacionais de saúde entre outros. Já no aspecto econômico refere-se ao aumento do poder aquisitivo, renda, posse de bens moveis e imóveis, investimentos e outros.

O crescimento econômico é um fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho, para que as pessoas possam se desenvolver socioeconomicamente. Porém, pelo natural processo de ampliação da produtividade, impulsionada pela modernização tecnológica, os postos de trabalho gerados não acompanham às taxas de expansão da economia, fator impeditivo para o desenvolvimento das famílias.

Tem-se de um lado o desemprego conjuntural que varia de acordo com as flutuações da atividade econômica e por outro temos o desemprego estrutural que cresce naturalmente com a evolução tecnológica. O desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que parte da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, assim as diferenças regionais são constantes. Segundo Galvão (2004, p. 23):

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos

humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens.

Para Sen (2000) o desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática e negligência dos serviços públicos. O desenvolvimento está relacionado a melhorias na qualidade de vida e a liberdade dos indivíduos a viverem sem privações que afetam sua dignidade e subsistência básica.

Em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil destaca-se a exclusão das pessoas menos favorecidas economicamente a liberdades básicas voltadas às áreas da saúde, educação, trabalho, moradia, entre outros aos quais muitos não têm acesso ou são privados devido à condição econômica em que vivem. A esse respeito Sen (2000, p. 29) destaca:

Um número imenso de pessoas em todo o mundo é vítima de várias formas de privação de liberdade. Fomes coletivas continuam a ocorrer em determinadas regiões, negando a milhões a liberdade básica de sobreviver. Mesmo nos países que já não são esporadicamente devastados por fomes coletivas, a subnutrição pode afetar numerosos seres humanos vulneráveis. Além disso, muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura.

Regiões (ou países) que apresentam baixo desenvolvimento socioeconômico necessitam de políticas e programas voltados para a reversão dessa realidade. Essas desigualdades vão além da renda das pessoas e passam por questões de acesso a saúde, saneamento básico, transporte e infraestrutura. De acordo com Ribeiro (2019) alguns fatores históricos e geográficos contribuíram para concretização dessa realidade foram: a) Ocupação do Território: a ocupação do Brasil se deu a partir do litoral, transformando essa parte do país de forma mais intensa e tornando-a mais densamente povoada. b) Industrialização: por ser a região mais ocupada, a zona litorânea do Sul e Sudeste apresentaram maior concentração industrial o que impacta na qualidade de vida dessa população. c) Mão de obra e matéria-prima: o desenvolvimento do Brasil é fruto de ciclos econômicos de produção de café, cana-de-açúcar e posteriormente, a atividade mineradora, e essas atividades se concentravam também nas regiões Sul e Sudeste.

A partir desses fatores, as regiões que possuem estados nas porções oeste e norte do Brasil tiveram uma ocupação e industrialização bem mais tardias. Essas características impactaram negativamente no desenvolvimento dos estados dessa porção do país. A região de planejamento Sul Fronteira se localiza no estado de Mato Grosso do Sul, e faz parte do Centro Oeste do país, e vive os reflexos do baixo desenvolvimento consequentes dessa dinâmica.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho possui uma abordagem quantitativa, segundo Creswell (2010) a pesquisa quantitativa é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados numéricos possam ser analisados por procedimentos estatísticos. Quanto aos objetivos a pesquisa tem caráter descritivo, pois visa descrever por meio de análise o desenvolvimento socioeconômico dos municípios que compõem a região de planejamento Sul Fronteira - MS. Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Quanto aos procedimentos caracteriza como pesquisa de levantamento de dados quantitativos. Os dados utilizados na análise socioeconômica referem-se ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e seus componentes (IFDM Emprego e Renda, IFDM Saúde e IFDM Educação) e foram coletados do site da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (Firjan). O recorte temporal compreende os anos de 2005, 2010 e 2016. Optou-se por analisar o desenvolvimento socioeconômico da região Sul Fronteira por meio do IFDM, pois esse indicador acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros abrangendo as três áreas essenciais para o desenvolvimento, possuindo periodicidade anual, além de ser voltado para análise propriamente dos municípios. O IFDM varia de 0 a 1, em uma escala ascendente, e quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento socioeconômico do município. Conforme demonstrado no quadro 1 a seguir, o desenvolvimento dos municípios pode variar em quatro estágios dependendo do desempenho alcançado.

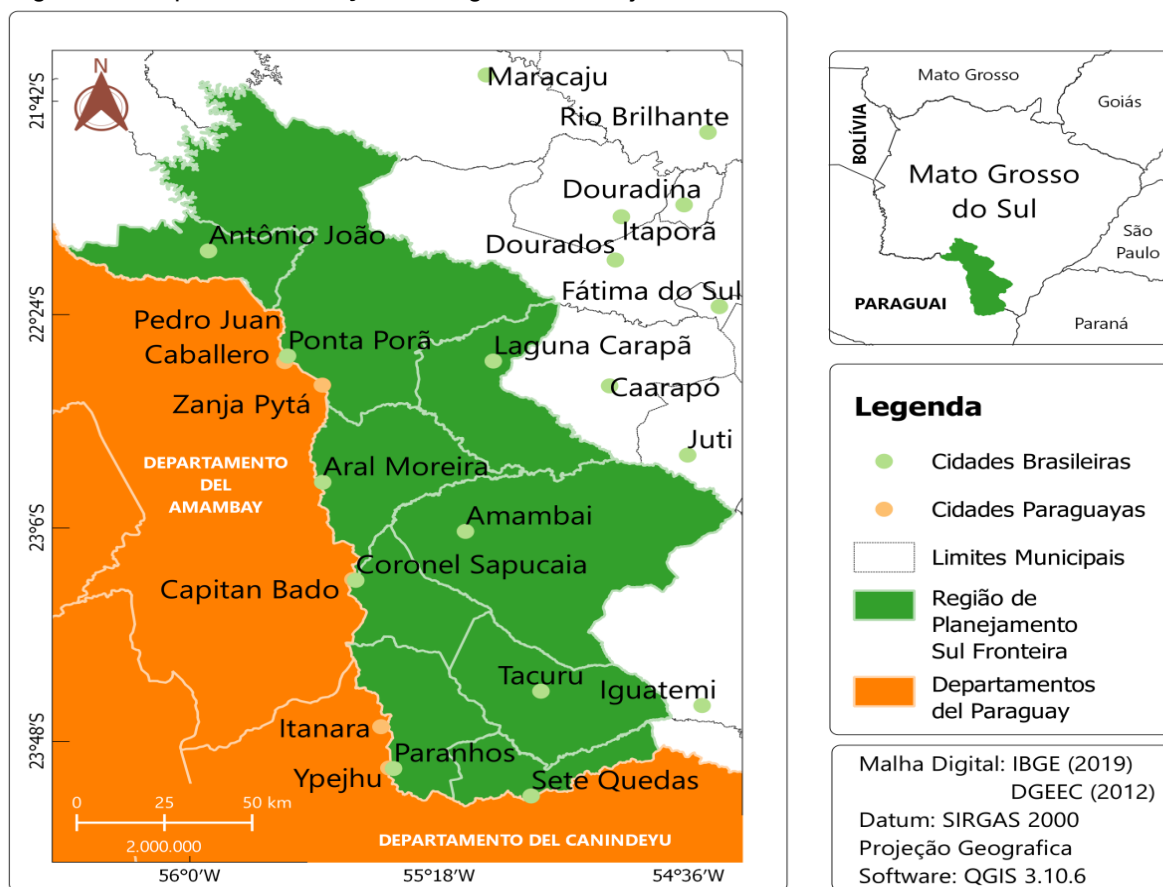
Quadro 1 – Classificação (IFDM) Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal

Alto desenvolvimento	0,800 - 1,000
Moderado desenvolvimento	0,600 - 0,799
Regular desenvolvimento	0,400 - 0,599
Baixo desenvolvimento	0,000 - 0,399

Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

A população analisada refere-se à região de planejamento Sul Fronteira, a qual abrange nove municípios: Antonio João, Amambaí, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Laguna Carapã, Paranhos, Ponta Porã, Sete Quedas e Tacuru. A região faz fronteira seca com os Departamentos Del Amambay e Departamentos Del Canindeyu no Paraguai e esta localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado na figura 1 abaixo.

Figura 1 – Mapa de Localização da Região de Planejamento Sul Fronteira de Mato Grosso do Sul



Fonte: Silveira (2020).

3. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL FRONTEIRA

A seguir será realizada a apresentação e análise dos indicadores socioeconômicos da região de planejamento Sul Fronteira, a mesma está dividida em dois momentos. Primeiramente é realizada a caracterização da região e em seguida é analisado seu desenvolvimento socioeconômico com base nos dados do IFDM.

3.1 Caracterização da região

A região Sul Fronteira ocupa um espaço territorial de 19.020,94 km², compostas por nove municípios, em comum possuem o fato de que boa parte deles situa-se na fronteira com a República do Paraguai, carregando grande influência cultural e econômica deste País. A região conta com a presença expressiva de agricultores familiares, onde se destacam 15 assentamentos com 4.292 famílias e 18 aldeias indígenas com aproximadamente 4.336 famílias e 21.681 pessoas (SEMAGRO, 2015). A população total residente nesta região conforme mostra o quadro 2, é de 214.735 pessoas.

Cerca de 76% da população reside na área urbana e 24% na área rural (IBGE, 2020). Estas condições contribuem para que a região tenha uma das mais baixas taxas de urbanização do estado de Mato Grosso do Sul, cuja média é de 85,64% (SEMAGRO, 2015). Apesar da grande produção agropecuária da região o percentual de população empregada nessas atividades é relativamente baixa devido a alta tecnologia utilizada na produção.

Quadro 2 – População região Sul Fronteira 2020

Municípios	População*
Amambaí	39.826
Antônio João	9.020
Aral Moreira	12.332
Coronel Sapucaia	15.352
Laguna Carapã	7.419
Paranhos	14.404
Ponta Porã	93.937
Sete Quedas	10.771
Tacuru	11.674
Total	214.735

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2020. *População estimada

Quanto a população, o município com maior representatividade é Ponta Porã, com 93.937 habitantes. O segundo maior município é Amambai com 39.826 habitantes. Os municípios com menores população são Laguna Carapã com 7.419 habitantes seguida de Antônio João com 9.020 habitantes, os demais municípios apresentam densidade demográfica similar.

Os trabalhos formais estão divididos entre o setor público e privado, com destaque para o comércio e a prestação de serviços que empregam grande parte da população. Conforme o quadro 3 o município com o maior salário médio mensal da região é Laguna Carapã com 2,6 a menor média salarial é de Coronel Sapucaia 1,7 seguida de Tacuru 1,8 os demais municípios variam de 1,9 à 2,3.

Quadro 3 – Trabalho e Rendimento no ano de 2016

MUNICÍPIOS	Salário médio mensal dos trabalhadores formais 2016	Pessoal ocupado 2018	População ocupada 2018
Amambaí	2,1	5.074	13,2%
Antônio João	1,9	683	7,8%
Aral Moreira	2,2	1.152	9,8%
Coronel Sapucaia	1,7	1.315	8,8%
Laguna Carapã	2,6	1.075	15%
Paranhos	2,2	1.025	7,4%
Ponta Porã	2,2	13.608	15,2%
Sete Quedas	2,3	1.083	10%
Tacuru	1,8	744	6,6%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2016.

Quando comparados a população de cada município com o número de pessoal ocupado o município com a maior população ocupada é Ponta Porã 15,2%, apresentando melhores índices de desenvolvimento, sendo o principal centro comercial e possuindo a maior taxa de urbanização da região Sul Fronteira. Na segunda colocação esta Laguna Carapã com 15%, mesmo sendo o menor município da região apresenta um elevado percentual de população ocupada em sua maioria em trabalhos voltados a cadeia produtiva do agronegócio. A segunda maior cidade é Amambaí e apresenta 13,2% de população ocupada. O município com menor população ocupada é Tacuru com 6,6% devido a baixa urbanização e pouca presença de indústrias e comércio.

Analisando a concentração de renda, verificou-se que a média apropriada pelos 10% mais ricos na região Sul Fronteira é de 43,95% no quadro 4 percebe-se que o município onde os 10% mais ricos se apropriam da maior parte da renda é Ponta Porã com 50,05%, seguida de Paranhos 48,71% e Tacuru com 46,38%. A menor concentração de renda é de Laguna Carapã 39,84% seguida de Coronel Sapucaia 40,08%.

Quadro 4 – Renda e Pobreza no ano de 2010

Municípios	Renda per capita 2010	% de extremamente pobres 2010	% de pobres 2010	% da renda apropriada pelos 10% mais ricos 2010
Amambaí	561.14	10.58	20.69	42.85
Antônio João	411.49	11.57	25.93	43.71
Aral Moreira	398.50	11.89	26.82	41.27
Coronel Sapucaia	350.37	16.87	35.06	40.08
Laguna Carapã	536.02	9.45	21.84	39.84
Paranhos	271.52	33.54	52.84	48.71
Ponta Porã	653.36	5.94	16.69	50.05
Sete Quedas	487,00	9.48	22.79	42.7
Tacuru	367.68	23.07	34.36	46.38

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano, 2010.

Percebe-se que quanto maior a quantidade de renda apropriada pelos 10% mais ricos, maior é a porcentagem de pobres e extremamente pobres e conseqüentemente maior é a desigualdade enfrentada pela população, com exceção apenas de Ponta Porã, que mesmo tendo mais de 50% de concentração de renda pelos 10% mais ricos ainda possui uma renda per capita de 653,36 devido suas peculiaridades locais, conurbação e o grande fluxo de estudantes de medicina residentes no município que estudam na cidade vizinha Pedro Juan Caballero – PY.

O município com a menor renda per capita e maior porcentagem de pobres e extremamente pobres é Paranhos e apresenta ainda a segunda maior concentração de renda entre os 10% mais ricos. Já o município com maior renda per capita e menor

porcentagem de pobres e extremamente pobres é Ponta Porã. Os demais municípios variam entre si, com médias relativamente altas de pobreza e desigualdade. O último censo demográfico realizado em 2010 revela que a pobreza na região Sul Fronteira é alta, entretanto mesmo após 10 anos do levantamento, estudos recentes mostram que essa realidade foi pouco alterada, pois mais de 50% da população vive com menos de 500,00 reais por mês por pessoa (IBGE, 2019). Fato esse que é refletido nos baixos índices de desenvolvimento da região.

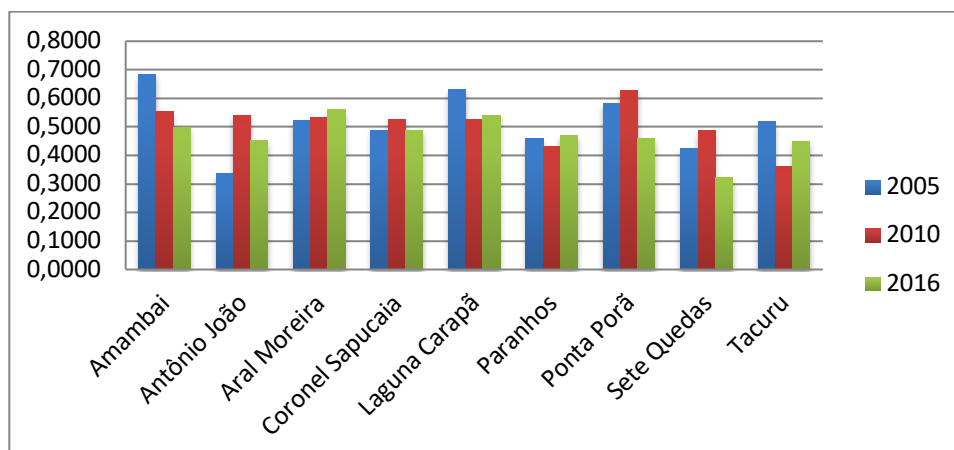
3.2 Análise do desenvolvimento socioeconômico

O nível de desenvolvimento socioeconômico de uma localidade desempenha fator crucial para que um local seja considerado centro ou periferia, quanto mais desenvolvida socioeconomicamente for uma região mais tenderá a ser caracterizada como centro. Pois regiões centrais como visto anteriormente, apresentam vantagens aglomerativas além de elevado desenvolvimento econômico e social.

O IFDM brasileiro corresponde a 0.6678 e o IFDM do estado de Mato Grosso do Sul a 0.6963 (FIRJAN, 2016), ambos apresentando moderado grau de desenvolvimento. No entanto, o IFDM de Mato Grosso do Sul apresenta melhores resultados com relação ao país. Porém o IFDM da região Sul Fronteira é menor 0,6026, apresentando vulnerabilidade nas variáveis emprego e renda, educação e saúde.

O gráfico 1 mostra a evolução do IFDM Emprego e Renda para os municípios da região Sul Fronteira no período de 2005, 2010 e 2016. Nota-se uma tendência decrescente ao longo dos anos, em 2005 o IFDM Emprego e Renda é mais alto que o atual 2016 apenas nos municípios de Antônio João e Aral Moreira são maiores, entretanto com pequena elevação. Em 2005 os IFDM Emprego e Renda mais altos eram de Amambaí com 0.6858 e Laguna Carapã 0.6313 apresentando moderado desenvolvimento. O menor foi de Antônio João 0.3380 com baixo desenvolvimento. Os demais municípios apresentavam regular desenvolvimento.

Gráfico 1 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM Emprego e Renda



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

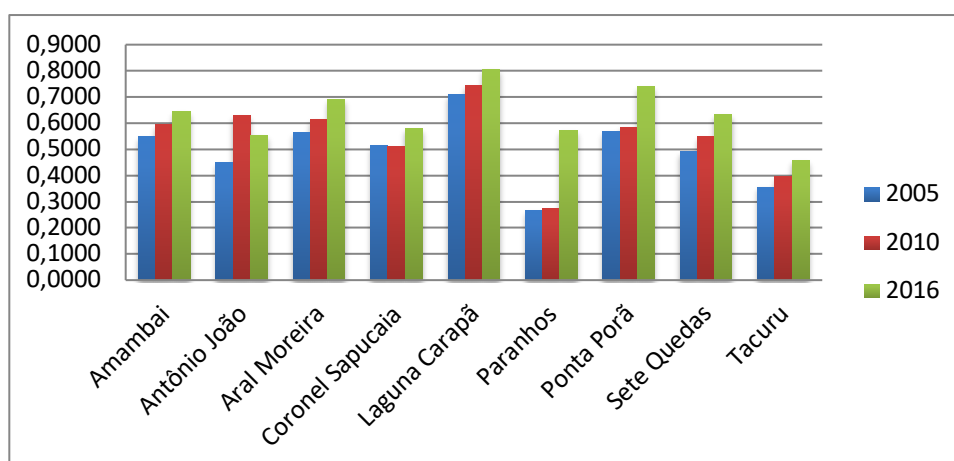
Já em 2010 conforme gráfico 1, o que se percebe é que os municípios que anteriormente apresentavam IFDM Emprego e Renda com moderado desenvolvimento apresentam queda para regular desenvolvimento como é caso de Amambai e Laguna Carapã. Antônio João que apresentava baixo desenvolvimento passa a ter regular desenvolvimento com 0.5425 um crescimento de mais de 20%. Ponta Porã passou de regular para moderado desenvolvimento com 0.6297. Tacuru foi o município com menor IFDM Emprego e Renda no período, 0.3627 com baixo desenvolvimento regredindo cerca de 15%, seguido de Paranhos com 0.4336 e queda de 3%. Os municípios de Aral Moreira, Coronel Sapucaia e Sete quedas progrediram levemente em média 3,5% porem permaneceram com regular desenvolvimento.

No ano de 2016 houve pouco crescimento nessa variável, grande parte dos municípios regrediram e os que cresceram como é o caso de Aral Moreira, Laguna Carapã e Paranhos cresceram apenas 3%, um crescimento quase imperceptível. Tacuru foi o único município que passou de baixo desenvolvimento para regular desenvolvimento com 0.4520, Sete Quedas registrou queda de regular para baixo desenvolvimento com 0.3236 e Ponta Porã caiu de moderado para regular desenvolvimento com 0.4608. Os municípios de Amambai, Antônio João e Coronel Sapucaia, apresentaram uma queda em média de 10% em seu desenvolvimento, na variável Emprego e Renda. Em geral o que se percebe pela média da região Sul Fronteira é uma queda no IFDM Emprego e Renda ao longo dos anos, em 2005 registraram uma média de 0.5171, em 2010, 0.5105 e em 2016, 0.4728, apesar de se haver uma expectativa de crescimento com o passar dos anos, não é o que se percebe na região, pelo contrario houve queda na variável Emprego e Renda, o que consequentemente afetou o desenvolvimento socioeconômico da região.

O gráfico 2 mostra a evolução do IFDM na variável Saúde, percebe-se que ao passar dos anos houve um crescimento progressivo positivo na saúde nos municípios da região Sul Fronteira, em 2005 os IFDM Saúde mais baixos eram de Paranhos com 0.2689 e Tacuru com 0.3571 ambos apresentando baixo desenvolvimento. Laguna Carapã foi o único município com moderado desenvolvimento na saúde com 0.7094. Os demais municípios apresentam regular desenvolvimento para o período.

Em 2010 se observou praticamente a mesma tendência na região, Paranhos e Tacuru permaneceram com baixo desenvolvimento na saúde com crescimento que não chega a 2%. Laguna Carapã continuou com moderado desenvolvimento 0.7440 com crescimento de 3%, os municípios de Antônio João e Aral Moreira progrediram de regular para moderado desenvolvimento. Os demais municípios permaneceram em regular desenvolvimento, com destaque para Sete Quedas que cresceu 6%.

Gráfico 2 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM Saúde



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

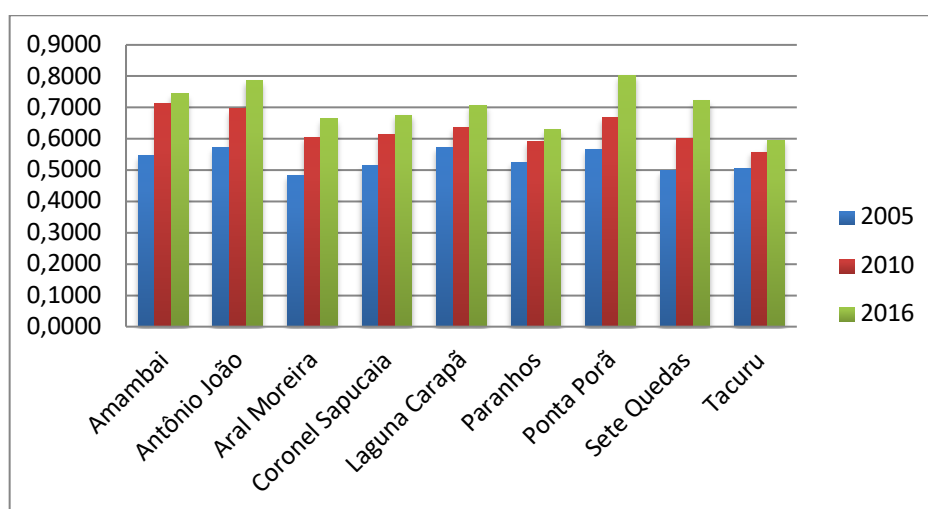
Em 2016 apenas o município de Antônio João não cresceu na variável saúde caindo de moderado para regular desenvolvimento, todos os demais municípios apresentaram crescimento significativo em mais de 10%. Laguna Carapã lidera o ranking e passou de moderado para alto desenvolvimento com 0.8057. Amambaí, Ponta Porã e Sete Quedas progrediram de regular para moderado desenvolvimento, Paranhos e Tacuru passaram do baixo desenvolvimento para o regular. Aral Moreira permaneceu em moderado desenvolvimento e Coronel Sapucaia permaneceu em regular.

O crescimento positivo do IFDM Saúde da região Sul Fronteira ao longo dos anos mostra um crescimento ascendente, a média da região em 2005 era 0.4979 em 2010, 0.5457 e em 2016, 0.6317 passando assim de regular para moderado desenvolvimento no período analisado. Essa elevação no IFDM Saúde impacta de maneira favorável o desenvolvimento socioeconômico da região.

O gráfico 3 mostra a evolução do IFDM na variável Educação da região Sul Fronteira, percebe-se que houve um crescimento significativo ao longo do período analisado, houve também um equilíbrio no crescimento que é acompanhado por todos os municípios. No ano de 2005 todos os municípios apresentavam regular desenvolvimento, com destaque para Laguna Carapã e Antônio João que possuíam o melhor IFDM Educação da região com 0.5723, os menores índices eram de Aral Moreira 0.4838 e Sete Quedas com 0.4984, os demais municípios variam entre 0.5047 a 0.5677.

No ano de 2010 todos os municípios progrediram, Amambaí apresentou o melhor IFDM Educação 0.7144 com crescimento de 16% em relação a 2005, Antônio João permaneceu como o segundo melhor índice da região com 0.6956 e crescimento de 12% e Ponta Porã ficou em terceiro com 0.6685 e 10% de crescimento, ambos apresentando moderado desenvolvimento na educação. Paranhos e Tacuru permaneceram com regular desenvolvimento com crescimento de 7%. Aral Moreira e Sete Quedas progrediram de regular para moderado desenvolvimento.

Gráfico 3 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM Educação



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

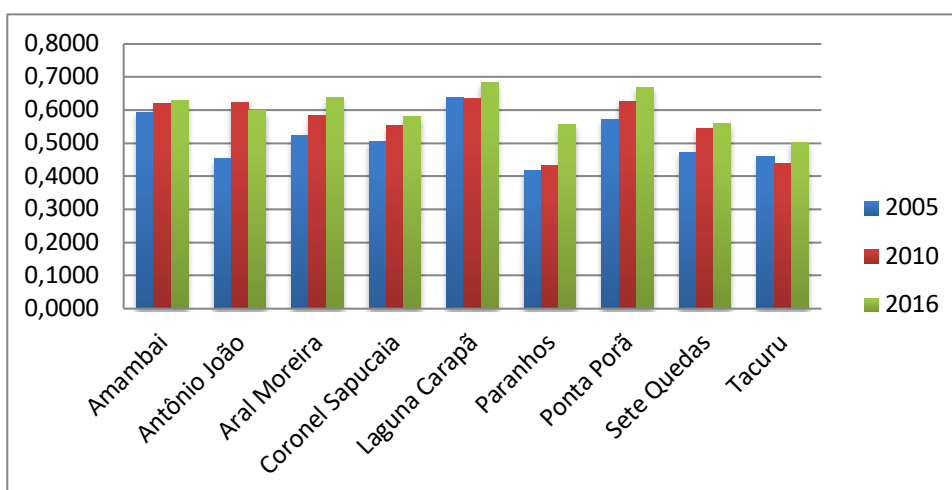
Em 2016 a região Sul Fronteira seguiu a tendência de crescimento na educação em todos os municípios, o destaque fica para Ponta Porã que passou de moderado para alto desenvolvimento com 0.8038 um crescimento de 13% na variável educação. Seguido de Antônio João com 0.7872 e Amambaí com 0.7436 ambas com moderado desenvolvimento na educação. O menor índice foi de Tacuru que permaneceu com regular desenvolvimento. Nos municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira não houve grande progresso no IFDM Educação em relação a 2010 permanecendo com moderado desenvolvimento. Já Paranhos passou de regular para moderado desenvolvimento em 2016.

O progresso virtuoso no IFDM Educação nos municípios da região mostra à tendência de melhora no sistema educacional, a região Sul Fronteira saiu de regular para moderado desenvolvimento dentro do período analisado, com crescimento de mais de 17%. No ano de 2005 a média da região era 0.5319, em 2010 0.6318 e em 2016 0.7034. O progresso na variável educação contribui diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da região e na melhoria da qualidade de vida.

O IFDM Geral é a consolidação das três variáveis do IFDM (Emprego e Renda, Saúde e Educação) por meio dele se tem um panorama geral do desenvolvimento socioeconômico da região Sul Fronteira. É notável que todos municípios obtiveram leve melhora no seu desenvolvimento socioeconômico no período de análise, porém nem um dos municípios apresenta alto desenvolvimento, e a melhora alcançada é baixa, conforme demonstra o gráfico 4.

Para um período de 12 anos o qual compreende a análise, o resultado alcançado é muito pequeno, na média da região esse aumento foi de apenas 8% o que significa 0,6 de crescimento ao ano um crescimento praticamente insignificante que na pratica não expressa melhorias efetivas para população a qual continua a sofrer as mazelas do subdesenvolvimento e a enfrentar problemas básicos de regiões periféricas como o desemprego, renda per capita baixa, saúde precária e baixa qualidade do sistema educacional.

Gráfico 4 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM Geral



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, 2016.

Assim fica evidente por meio dos indicadores socioeconômicos, que a região Sul Fronteira apresenta características de regiões subdesenvolvidas que carecem de ações estatais que melhorem a qualidade de vida de sua população e fomentem o círculo virtuoso de desenvolvimento, sem essas ações dificilmente esta região conseguirá sair por conta

própria do subdesenvolvimento, permanecendo a enfrentar o terrível círculo vicioso da pobreza a qual potencializa as características de periferia da região.

Entretanto Singer (1952) diz que apesar de todas as dificuldades enfrentadas por regiões subdesenvolvidas, esse círculo não é intransponível e uma vez rompido, pelo próprio fato de ser circular a relação apresenta a tendência de progresso cumulativo, produzindo assim desenvolvimento para a região. Nurkse (1952) afirma que o Estado além de atuar de maneira direta na captação e direcionamento de recursos, deve disponibilizar garantias institucionais e políticas de incentivo que permitam a sociedade atuar para superar o círculo vicioso da pobreza.

Ferrera de Lima J. et al., (2020, p. 106) salientam que “O caminho para o desenvolvimento inclui a melhoria da renda, da educação e da saúde, como engloba o IFDM, mas também, de melhorias estruturais que proporcionam a organização produtiva e consequente acesso aos meios de vida e de bem-estar para a população”. Elevar o desenvolvimento de uma região inicia-se com a redução das disparidades, melhorando assim os indicadores socioeconômicos do conjunto dos municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise socioeconômica mostra que a região de planejamento Sul Fronteira, é considerada uma região periférica subdesenvolvida por não acompanhar o desenvolvimento dos grandes centros. Apresentando baixo percentual de população ocupada de 10,53%, renda per capita baixa com média de 448,56 reais, além de apresentar níveis menores de saúde e qualidade moderada do sistema educacional.

Os municípios com menores percentuais de desenvolvimento socioeconômico da região Sul Fronteira são, Tacuru 0.5022, Paranhos 0.5584 e Sete Quedas 0.5597 apresentando regular desenvolvimento, e baixos níveis nos demais indicadores. Já os municípios com melhor desenvolvimento socioeconômico na região foram, Laguna Carapã 0.6845, Ponta Porã 0.6686, Aral Moreira 0.6390 e Amambai 0.6295 todos apresentando moderado desenvolvimento. Entretanto apesar de melhores em relação aos demais municípios da região Sul fronteira esse desenvolvimento é menor ao comparar com a média do estado de Mato Grosso do Sul, evidenciando assim a necessidade de progresso nos indicadores socioeconômicos da região.

O trabalho permite concluir que municípios localizados na faixa de fronteira apresentam menores percentuais de desenvolvimento socioeconômico, seja pelas singularidades que envolvem essa região ou pela falta de políticas públicas voltadas

especificamente para fronteira. Nesse sentido conforme pontuado por Ferrera de Lima J. et al., (2020) se as políticas públicas não priorizarem os municípios nos quais está enraizado o subdesenvolvimento, fomentando a alteração das suas características internas referente à condição de pobreza, elevam-se as chances de se depreciar cada vez mais o bem-estar da sua população e, conseqüentemente, seu desenvolvimento humano.

Os limites dessa análise estão em não conseguir explicar na totalidade o porquê desse baixo desenvolvimento socioeconômico, uma vez que o propósito do artigo é apenas analisar e descrever a realidade da região. Ademais, este artigo não pretende esgotar o assunto, devendo servir de base para o avanço no entendimento das questões socioeconômicas de Mato Grosso do Sul, compreendendo melhor o processo de desenvolvimento e crescimento e suas características de complementaridade como forma de traçar políticas, visando reduzir as desigualdades socioeconômicas de regiões periféricas. Por fim, como desdobramento dessa pesquisa propõe-se a aplicação dessa análise nas demais regiões de planejamento de Mato Grosso do Sul para possíveis comparações inter-regionais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP) pelo apoio e financiamento para o desenvolvimento dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí SP: Paco, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 2010.

FREITAS, Eduardo de. **"Subdesenvolvimento e os problemas sociais"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://bit.ly/2Xb4ngb>. Acesso em 08 de julho de 2020.

Furtado, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009 [1961].

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 [1973].

GALVÃO, Antonio Carlos F. **Política de desenvolvimento regional e inovação: a experiência da União Européia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GHETTI, Isabella Benini Lollo. **A questão urbana no universo fronteiriço: sobre a fronteira internacional de Ponta Porã / MS**. Orientador: Angélica Aparecida Tanus Benatti Alvim.

2008. 101 p. Dissertação (Mestrado - Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em:<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/2636>. Acesso em: 28 jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRSCHMAN, A. Efeitos de fluência e polarização. In: SCHWARTZMAN, J. (org.) **Economia Regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: **Renda per capita por município**. <https://bit.ly/2XcnNBe>. Acesso em: 20.jun.2020.

IFDM - **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal**, Disponível em: <https://bit.ly/39Lu6kg> Acesso em: 20.dez.2019.

FERRERA DE LIMA J. et al. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRONTEIRIÇO NO BRASIL**. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional – UNIOESTE, 2020.

LAMBERTI, Eliana. **Dinâmica comercial no território de fronteira: reexportação e territorialidade na conurbação Ponta Porã e Pedro Juan Caballero**. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2006.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. MEC/ISEB - Coleção Textos de Economia contemporânea. Rio de Janeiro, 1960.

NURKSE, Ragnar. Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico. In: AGARWALA, A N; SINGH, S. P.(eds.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forece, 1969[1952].

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.) **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. V. 1. Rio de Janeiro:Record, 2000 [1949].

RIBEIRO Amarolina. **Desigualdades regionais do Brasil**. INFOESCOLA. Disponível em: <https://bit.ly/5Zfdl> Acesso em: 22.dez.2019.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SEMAGRO. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul**, Regiões de Planejamento, MS 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3jYWRP3>. Acesso em 16/07/2020.

SINGER. O mecanismo do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A N.; SINGH, S. P.(eds.). **A Economia do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forece, 1969[1952].